

**ULTRAJE, INIMIZADE E GUERRA:  
O CASO DE DEMÓSTENES E ÉSQUINES**

Priscilla GONTIJO LEITE  
priscillagontijo@gmail.com  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

ABSTRACT

The relationship between Demosthenes and Aeschines offers an excellent opportunity to understand the enmity in Ancient Greece and what were the behaviors and attitudes expected of two avowed adversaries. In their speeches the elementary strategies are to depreciate the enemy and to demonstrate to the jury how the idea advocated by him was highly detrimental to the city. In order to do this, the notion of *hybris* played an important role. The aim of this paper is to demonstrate how the *hybris* was used in the rivalries' game between Demosthenes and Aeschines, to evidence that the adversary did not act in accordance to the democratic values. Such behavior offered a great risk to the city due to the external context: the Macedonian expansion. To illustrate the use of this strategy by those two famous orators, this paper will present and analyze some paragraphs of the speeches *On the False Embassy* and *On the Crown*, by Demosthenes, and parts of the speeches *Against Timarchus*, *On the False Embassy* and *Against Ctesiphon*, by Aeschines.

KEYWORDS

Rhetoric, Demosthenes, *hybris*, enmity.

A relação entre Demóstenes e Ésquines oferece uma excelente oportunidade para perceber quais eram os comportamentos e atitudes esperados de dois adversários declarados, e a partir daí, compreender estratégias e recursos utilizados nas disputas entre os dois inimigos. Isso se deve ao fato de possuímos os discursos de defesa e acusação dos dois, travados na disputa judicial em torno do caso do coroamento de Demóstenes e da segunda embaixada enviada a Filipe II da Macedônia, raro no contexto jurídico grego, já que as fontes preservadas ora são da defesa e ora da acusação. Além disso, em outros discursos dos dois oradores é possível verificar o reflexo dessa inimizade, como o *Contra Timarco* de Ésquines.

Esse material permite uma reflexão de como o contexto bélico pode interferir numa rivalidade política, já que na ocasião a Macedônia ampliava sua influência sob as póleis gregas, utilizando por vezes métodos militares. Acrescenta-se também que a rivalidade de ambos foi ampliada devido às ideias antagônicas de como deveria ser a relação de Atenas com a Macedônia. Demóstenes era defensor de um ataque enérgico e rápido dos atenienses para inibir o avanço de Filipe II, já Ésquines buscava evitar o confronto direto, por acreditar que a guerra seria prejudicial à Atenas.

O objetivo central desse texto é estudar as formas, representações e manifestações da violência que estão no âmbito da *hybris* (que será traduzida como ultraje) utilizadas

no jogo da rivalidade política entre Demóstenes e Ésquines. Para tal fim será utilizado os discursos *Sobre a falsa embaixada* e *Sobre a Coroa* de Demóstenes e *Contra Timarco*, *Sobre a embaixada infiel* e *Contra Ctesifonte*, de Ésquines. Se fará o levantamento da ocorrência da *hybris* e análise de algumas passagens. De uma forma geral, percebe-se que nesses discursos a estratégia elementar é depreciar o inimigo e também demonstrar para o júri como a ideia defendida por ele é altamente prejudicial à cidade. Para realizar essa operação a noção de *hybris* desempenhou um papel importante, sendo utilizada principalmente para demonstrar que o adversário não agiu de acordo com os valores democráticos. Tal comportamento oferecia um risco ainda maior à cidade devido ao contexto externo marcado pela expansão macedônica.

O caso de Timarco elucida bem essa situação, pois é marcado pelo contexto da tomada de Antípolos por Filipe II, o que acabava com a paz de Filócrates. Nesse novo rearranjo político, uma nova embaixada formada por Timarco, Demóstenes e Ésquines foi formada. Timarco propõe um decreto que foi considerado ilegal por Ésquines, devido à condição cívica de Timarco. Timarco não possuía direitos cívicos, pois teria se prostituído no passado. Para provar isso, Ésquines ataca vários pontos do passado de Timarco. Com seu discurso, Ésquines tem o objetivo de demonstrar para os juízes que os excessos cometidos pelo adversário na vida privada refletem na vida pública, tornando um cidadão inapto para cidade e um péssimo exemplo para os jovens.

O início do discurso, parágrafos 1 a 8<sup>1</sup>, é marcado por uma exaltação às boas leis e à sua importância para a manutenção da democracia. Ésquines afirma que Timarco não obedeceu à lei que era muito simples de ser seguida, ao prescrever que nenhuma pessoa infame poderia comparecer a assembleia para se pronunciar diante de outros cidadãos (3).

Nos parágrafos 9 a 35, tem-se a apresentação de leis que fornecem a base para a demonstração da culpa do adversário, manifestando a ilegalidade do seu ato ao propor o decreto. As transcrições das leis no discurso são apócrifas. Contudo, antes de sua inserção, tem-se um resumo. Torna-se evidente que para o resumo foram selecionados os pontos que melhor sustentassem a argumentação.

Nesse trecho, a seleção das leis se concentra em dois pontos: mostrar que Timarco é prejudicial para a educação das crianças por ser um mau exemplo e que isso se deve ao fato de ele ultrajar o próprio corpo ao se sujeitar, por livre escolha, à prostituição.

A temática do corpo, educação e construção da cidadania se relacionam. Atualmente, uma das formas de se entender o corpo é numa perspectiva cultural<sup>2</sup>. O estudo do corpo releva o conjunto de valores que guiam os homens e os padrões de condutas que devem seguir e apresentar diante de seus pares. Em Atenas, o corpo físico do cidadão deveria estar subjugado ao corpo social, já que o aspecto político preponderava em todos os outros. O corpo do cidadão estava a serviço da *pólis* e por isso entende-se a razão das atividades físicas tomarem uma parte significativa da educação dos jovens e da existência de diversas competições esportivas. Assim, o cidadão sempre deveria estar fisicamente preparado para defender a sua cidade. A preocupação com o corpo levou o desenvolvimento de uma literatura que discorria sobre os cuidados e a manutenção do corpo ideal. E por isso, que uma violação ao próprio corpo por uma *hybris* pode acarretar num impacto direto no exercício da

---

<sup>1</sup> A divisão do discurso está de acordo com a proposta de F. P. Samaranch – J. P. Bonet (edd.), *Elocuencia Griega. Demóstenes y Esquines: Discursos Completos*, Madrid, 1969, 167-168.

<sup>2</sup> Para mais informações vide N. Theml – R. M. C. Bustamante – F. S. Lessa (edd.), *Olhares do corpo*, Rio de Janeiro, 2003.

cidadania, ponto que será bem explorado no *Contra Timarco* ao relatar que Timarco vendia seu corpo para alimentar seu desejo por luxo, se rebaixando e não merecendo ser cidadão.

Dessa maneira, o argumento sobre a educação e o exemplo negativo são uma preparação para o argumento da *hybris*. A cidade é cuidadosa com a educação e deve evitar que os maus exemplos sejam louvados. Timarco é um mau exemplo por ter vendido seu corpo e ainda por ousar se portar como um cidadão ilustre, se julgando no direito de poder dar conselhos aos demais concidadãos. Dessa forma, o decreto proposto, além de não obedecer aos preceitos legais, não pode ser virtuoso, pois foi feito por um libidinoso. Timarco ensinaria as gerações futuras que poderiam agir como quisesses, desrespeitando um de seus bens mais preciosos (o corpo – que é essencial para a defesa da cidade), se, ao contrário da punição, recebessem elogios da cidade.

Nessa parte, o grande destaque é para a vida particular de Timarco e para seu comportamento desrespeitoso e degradante, que se inicia logo na juventude. A partir da descrição da vida de Timarco, desenvolve-se o argumento da *hybris*. Nos parágrafos 15 a 17, se concentra o primeiro bloco de referências a *hybris*, num total de nove ocorrências e todas remetem para a legislação sobre o ultraje. A segunda lei apresentada por Ésquines é sobre o ultraje e seu objetivo é demonstrar a preocupação dos atenienses com a preservação das suas crianças (15).

Torna-se evidente a relação entre a prostituição e o ultraje à dignidade da pessoa, já que há uma violação do corpo. Nesse ponto, ainda, o orador continua a desenvolver a ideia anterior, acrescentando que a cidade pune o pai que vende o filho, embora posteriormente se vá revelar não ser o caso de Timarco, o que torna o seu delito ainda mais grave. Essa passagem também prepara os ouvintes para mostrar que Timarco, além de ser agente da *hybris*, igualmente é sujeito passivo por vender seu corpo.

Assim, no *Contra Timarco*, a sexualidade é a esfera onde se evidencia o comportamento ultrajante do adversário. Nesse contexto, a *hybris* é caracterizada como um ato em que alguém se submete a outro através de um comportamento considerado degradante, com sua anuência ou não, contendo uma componente de desonra<sup>3</sup>, seja para a vítima ou sua família.

Nos parágrafos seguintes, 94 ao 176, Ésquines se concentra na demonstração da depravação moral de Timarco. Continua a exibir fatos da sua vida privada e de sua carreira política (106-115). A trajetória da vida de Timarco é marcada pela *hybris*, não havendo nenhuma preocupação por parte dele de esconder seus atos hediondos dos inimigos:

O que esperavam? Temos em Atenas um homem que não ultraja (ὕβριστήν) somente as outras pessoas, mas também seu próprio corpo (σῶμα τὸ ἑαυτοῦ), aqui onde há leis, bem debaixo dos nossos olhos, e enquanto seus inimigos o espiam: quem poderia esperar que, se ele recebesse a impunidade, o poder e o governo, ele seria capaz de deixar tais atos de ignomínia (ἀσελγεστάτων).<sup>4</sup>

Adiante, reforça que os atos de Timarco são ofensivos para com a cidade e a própria família, pois destruiu o patrimônio paterno por causa do seu gosto pelo luxo. Depois de lembrar os juízes das acusações sobre o adversário, suplica aos deuses para

<sup>3</sup> N. R. E. Fisher, *Hybris. A study in the values of honour and shame in ancient Greece*, Warminster, 1992, 52; D. Cohen, *Law, violence and community in classical Athens*, Cambridge, 1997, 150.

<sup>4</sup> Aeschin. 1.108. Todas as traduções são de minha autoria.

que os juízes continuem escutando com atenção suas palavras e segue com a antecipação dos argumentos de defesa e ataques a Demóstenes (116).

Na perspectiva de Ésquines, ele não se preocupava em esconder seu comportamento por causa da impunidade, já que estava tendo um papel ativo na política, mesmo possuindo um impedimento legal. Mas o próprio discurso de Ésquines já demonstra o contrário, ao indiciar que Timarco queria que alguns aspectos de sua vida permanecessem na obscuridade. Para o orador, enquanto ele não fosse punido, não deixaria de exercer suas insolências, já que era recompensado por elas com a participação política e com a ocupação de cargos de prestígio.

Na próxima referência a *hybris*, o orador prossegue na condenação do comportamento do adversário, através da divisão do que seria um relacionamento pederástico decente, segundo as normas da cidade, e o indecoroso, como o praticado por Timarco:

A divisão que eu faço é essa: amar jovens belos e atinados (καλῶν καὶ σωφρόνων) é próprio de uma alma bondosa e razoável, sendo, no entanto, uma expressão de licenciosidade (ἀσελγαίνειν) alugar um rapaz com dinheiro, própria de uma pessoa ultrajante (ὕβριστοῦ) e sem educação (ἀπαιδεύτου).<sup>5</sup>

Dessa maneira, não se tem a condenação de todo tipo de relacionamento amoroso da parte de Ésquines. Ele valoriza um costume ancestral e muito conhecido dos atenienses que é a pederastia. Nela, o amante e o amado têm papéis bem definidos, sendo que o jovem, o objeto do amor, não deve ir atrás do seu amante. A vida de Timarco já mostra a distorção desses papéis, pois ele, um jovem belo, que naturalmente seria cortejado, vai atrás dos pretendentes e usufrui de seus recursos. O relacionamento de Timarco com seus companheiros é o contrário do que estipula a pederastia e não traz nenhum benefício na educação do jovem, pelo contrário, o prejudica já que tem que submeter o seu corpo a vontades alheias. Assim, Timarco é o exemplo negativo de como os jovens devem se portar, pois ele também é vítima da *hybris* por se sujeitar a vontades degradantes de outros homens (87, 116).

Adiante, a *hybris* é relacionada novamente com a criação de modelos para a cidade, como uma defesa dos valores tradicionais. Ao seguir os costumes ancestrais, que são severos, o veredito de Timarco era a condenação:

Reparai com atenção, cidadãos, nas obras dos que são por todos considerados poetas bons e úteis, na maneira como distinguiram entre pessoas ponderadas, capazes de amar os que lhes são semelhantes, e os que não se dominam perante o inconveniente e cedem a comportamentos ultrajantes (ὕβριστάς).<sup>6</sup>

Dessa maneira, com a exposição dos atos de *hybris* cometidos por Timarco ao longo da vida tem-se uma exaltação dos valores democráticos, com os comportamentos que deveriam ser seguidos e recriminados. A *hybris* de natureza sexual deveria ser reprimida seguindo dois interesses: o da vítima que sofreu o ultraje e o das potenciais vítimas futuras, prevenindo assim o crime<sup>7</sup>. Timarco é o exemplo de como um cidadão não deve ser, seja na sua vida privada, se entregando a vícios e amores ilícitos, seja na sua vida pública, com a proposição de decretos prejudiciais. A *hybris* também é importante para desenvolver o fator educacional do veredito, demonstrando que os

<sup>5</sup> Aeschin. 1.137.

<sup>6</sup> Aeschin. 1.141.

<sup>7</sup> Fisher, *Hybris*..., 63.

juízes são responsáveis, através do seu voto, da proteção das crianças na cidade, aspecto que é ressaltado no início e no final do discurso.

Outro conjunto significativo do termo *hybris* aparece nos discursos de Demóstenes e Ésquines referentes aos trabalhos da segunda embaixada. Ambos possuem o mesmo título *Peri tes parapresbeias*. O título transmite uma ideia de que essa embaixada não foi bem executada, sendo infiel ao propósito previamente determinado pela assembleia.

Os discursos de Demóstenes e Ésquines apresentam algumas diferenças. O último opta por uma exposição em ordem cronológica dos eventos. Inicia com as questões que antecederam a paz de Filócrates até os conflitos com a Fócida. Com essa operação, ele apresenta os trabalhos das três embaixadas, apesar de não ter acompanhado a última e somente a segunda ser o alvo das investigações<sup>8</sup>. Já o discurso de Demóstenes tem um exórdio e um prólogo breves. Nas duas partes centrais, são apresentados os fatos e as provas que conduziram ao processo. Demóstenes não segue uma ordem cronológica como Ésquines. Sua narrativa inicia com a volta do adversário dos trabalhos da segunda embaixada e as consequências advindas disso. Destaca a demora da embaixada e a negligência no cumprimento das ordens recebidas. Há no discurso de Demóstenes um excesso de repetições de argumentos, sendo que os que mais aparecem são o suborno e a corrupção, utilizados para comprovar que o adversário é traidor da cidade<sup>9</sup>.

A diferença na ordem da apresentação dos fatos está diretamente relacionada com a estratégia de persuasão desenvolvida por eles. Essa ordem visa privilegiar os méritos de cada um como bom cidadão e o suborno e a corrupção do adversário, destacando a venda da lealdade ao rei macedônico.

A maioria das vezes em que a *hybris* foi utilizada no *Sobre a falsa embaixada* de Demóstenes foi para descrever a política desempenhada pelos adversários de Atenas. Depois de explicar as cinco razões para que Ésquines não tenha realizado da forma apropriada seus trabalhos como embaixador (4-28), Demóstenes expõe os motivos da queda da Fócida e passa a demonstrar como Ésquines foi um agente importante da política de Filipe II desse momento. É nesse contexto que se tem a primeira referência ao ultraje. Segundo Demóstenes, as informações sobre a ausência da Fócida no tratado vieram somente de Ésquines e não por meio dos outros embaixadores ou de uma carta direta de Filipe II, o que já levanta grandes suspeitas sobre a integridade moral do oponente. O orador conta um diálogo entre ele, Ésquines e Filócrates, quando ele, diante dos cidadãos, condenava as ações dos dois últimos. Ésquines foi o primeiro a interrompê-lo, alertando para ter cuidado com suas palavras, já que ele também estava envolvido no caso. Demóstenes concordou, mais foi novamente interrompido, dessa vez, por Filócrates, que “erguendo-se, disse de uma forma muito ultrajante (ὕβριστικῶς) [...]”<sup>10</sup>, que não haveria como os dois concordarem, pois Demóstenes bebe água e ele bebe vinho. E isso provocou o riso de todos os presentes. Fazer o outro alvo de piadas é uma maneira de rebaixar o cidadão da condição ao qual pertence e, por isso, a atitude de Filócrates é caracterizada como ultrajante. A recriação desse diálogo, utilizando a *hybris*, tem o propósito de mostrar que Filócrates é hábil com as palavras, sabendo dar reviravoltas em situações comprometedoras para ele. Ele tenta reverter o clima tenso de acusações contra ele com uma piada, que teve uma correspondência na audiência.

<sup>8</sup> Samaranch – Bonet, *Elocuencia Griega ...*, 1224.

<sup>9</sup> P. R. Martins, “Modelos de anti-embaixadas: Demóstenes e Aristófanes em paralelo. qual o papel do embaixador na Grécia clássica?”, *Alétheia. Revista de estudos sobre Antiguidade e Medievo* 2, 2009, 5.

<sup>10</sup> D. 19.46.

Assim, a forma como foi feita a interrupção, usando uma piada para desmerecer o outro, mostra a *hybris* no caráter de Filócrates. Adiante, Demóstenes prova que com mentiras agradáveis de ouvir, Filócrates fez um acordo favorável aos tebanos e tessálios (50).

Prosseguindo sua argumentação sobre a responsabilização de Ésquines, narra a expedição às Termópilas e como Filipe II, com a ajuda de Ésquines, aumentou sua influência sobre a Grécia. O rei macedônico é caracterizado como ultrajante, realizando uma política prejudicial a Atenas, ao fazer e desfazer aliança com Tebas de acordo com seus interesses (85).

O ultraje associado à política de Filipe II serve para demonstrar a falta de comprometimento de Ésquines com a cidade ao desrespeitar seu ofício de embaixador. Ésquines por ser corrupto, e por isso ter sua alma mais propensa à *hybris*, tem uma facilidade maior em integrar a política expansionista da Macedônia, já que todas as palavras de Ésquines estavam inspiradas pelo dinheiro (111). Ele não fez nada para defender os interesses de Atenas e ainda defendia que Filipe II iria acabar com o ultraje dos tebanos: “Este declarara que Téspias e Plateias seriam fortificadas por Filipe, que a Foceia não seria destruída e que acabaria com o ultraje (ὑβρίν) dos Tebanos”<sup>11</sup>. O objetivo era confirmar para a audiência a relação entre política imperialista e a *hybris*. Com isso, busca-se demonstrar a atitude negativa dos tebanos, já que suas atitudes são marcadas pelos excessos, no lugar de serem bons exemplos por ocupar uma posição de liderança.

O caráter desmedido de Ésquines não se restringe apenas a suas decisões políticas, mas também à sua vida privada, fato que é ressaltado com a narração do seu comportamento durante um *symposion*. A bebida foi servida por uma mulher olíntia, que foi obrigada a beber, comer e cantar para os convidados (196-197). A mulher tentou resistir e isso foi considerado um ultraje para Ésquines e Frínon (197). Para Ésquines e seu amigo não era um comportamento aceitável uma escrava negar a vontade de homens livres e como castigo os presentes queriam bater nela com muita violência.

Demóstenes passa a analisar a conduta de Ésquines na Macedônia e remete para alguns eventos da sua vida anterior. A partir da comparação com Ésquines, Demóstenes aproveita para justificar sua conduta, para reafirmar a punição dos traidores e para continuar os ataques à política de Filipe II, entendendo que assim seria capaz de defender os interesses de Atenas. De outra forma, o rei macedônico não iria atacar Tebas e pôr fim a sua política abusiva com os aliados. A política externa dos tebanos, novamente, é caracterizada pela *hybris* (220).

Para concluir sua ideia, Demóstenes afirma que Ésquines nas suas acusações utiliza o teatro e os epítetos de logógrafo e sofista quando quer ultrajar o adversário, mas que esses nomes também servem para ele (246)<sup>12</sup>. Nesse contexto, os termos indicam uma clara conotação negativa, como aqueles que produzem discursos sem se ligar a uma causa e também que são charlatões e mentirosos.

Dessa maneira, percebe-se que o argumento da *hybris* foi utilizado, na maioria dos casos, para descrever as políticas imperialistas de outras cidades, bem como para comprovar a corrupção de Ésquines.

Ésquines, no seu discurso de defesa, também explora o argumento da *hybris* para indicar as mazelas da política expansionista realizada por outras cidades e para rebater as acusações do adversário. O primeiro conjunto de referências a *hybris* constitui uma resposta às acusações de Demóstenes com relação ao ataque à mulher olíntia.

---

<sup>11</sup> D. 19.112.

<sup>12</sup> D. 19.246.

Logo no início do discurso, retoma a acusação, desmentindo a bebedeira – que também corresponde a um sinal de *hybris* – e o ultraje a mulher, no parágrafo 4. Esse episódio é retomado novamente nos parágrafos 153 a 157, para lembrar os juízes o quanto a acusação é descabida e ainda que foi feito um falso testemunho contra ele. Pode-se considerar que a narrativa do ataque a mulher olíntia feita por Demóstenes deve ter atingido um impacto positivo numa parcela dos juízes e, por isso, Ésquines percebeu a necessidade de reforçar o argumento contra esse ponto e reafirmar sua conduta durante o banquete<sup>13</sup>. Nesse momento, ele explica que recebeu um convite de um parente de Filipe para jantar e que, segundo Demóstenes, ele não teria conseguido conter o ultraje (οὐ κατάσχοιμι τὴν ὕβριν), devido ao “calor da bebida” (ἀλλὰ παραθερμανθείς)<sup>14</sup>. Mas os testemunhos demonstraram que não foi isso o ocorrido.

No início do discurso, o orador continua rebatendo os ataques de Demóstenes, mostrando que ele criticava todos os embaixadores indistintamente e considerava que todos eram favoráveis a Filipe II e à política de Eubulo, sendo ele colocado como o único defensor legítimo da cidade. Por adotar essa posição, Demóstenes, segundo Ésquines, trata todos como se fossem traidores e por isso comete ultrajes e ofensas contra os embaixadores (ἡμᾶς ὑβρίζων, καὶ λοιδορίας), contando mentiras que injuriavam a todos<sup>15</sup>. Com isso, a intenção de Ésquines é mostrar que as críticas foram exageradas possuindo elementos mentirosos, tais como o incidente com a mulher olíntica, e que não foram somente dirigidas a ele, mas a todos. Na verdade, com isso, ele mostra a prepotência da personalidade de Demóstenes em acreditar que, sozinho, possuía a melhor proposta política para a cidade.

Ao analisar a *hybris* nos discursos de Ésquines e Demóstenes, percebe-se a sua utilização para descrever as políticas expansionistas de outras cidades, em particular de Tebas. Além disso, em Demóstenes ela se relaciona com a acusação principal, que incide sobre o suborno e a corrupção do adversário. Ésquines os usa para sua defesa, sendo algumas vezes o argumento colocado de improviso, demonstrando os abusos da acusação, além de apresentar os defeitos do *ethos* do seu adversário.

Para finalizar, analisaremos o caso a respeito de Ctesifonte, que propõe um decreto para a coroação de Demóstenes pelos bons serviços prestados à cidade no ano de 336 a.C. Para Ésquines, Demóstenes não era merecedor de tal homenagem. Além disso, as circunstâncias em que foi realizada a proposta a tornavam irregular. Moveu por isso contra Ctesifonte um processo de ilegalidade, *graphe paranomon*, apresentado no discurso *Contra Ctesifonte*.

O aspecto moral ressaltado na obra de Ésquines é a polarização entre o bom e o mau cidadão, mas essa operação é feita a partir do anti-paradigma da vida de Demóstenes. Ele rechaça seu adversário ao mesmo tempo que valoriza suas ações, se mostrando como um bom cidadão (214-240). A manipulação que Demóstenes exerce no jogo político é um ultraje para aqueles cidadãos que conhecem todos os fatos. Por isso, Ésquines alerta que quando Demóstenes se vangloria pelo acordo com Tebas ele está novamente enganando ou ultrajando os cidadãos, uma vez que o mérito é de toda a cidade: “Mas ao atribuir a aliança com Tebas a Demóstenes, estás a enganar os que desconhecem e a ultrajar (ὕβρίζεις) aqueles que sabem e têm consciência”<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> Samaranch – Bonet, *Elocuencia Griega ...*, 1259.

<sup>14</sup> Aeschin. 2.157.

<sup>15</sup> Aeschin. 2.8.

<sup>16</sup> Aeschin. 3.237.

Para provar isso, inicia o relato de uma carta enviada pelo rei persa cujo conteúdo ultrajava os atenienses, pois tentava comprá-los com dinheiro (238). Depois narra diversas situações em que a política de Demóstenes foi conduzida pelo dinheiro, entre elas a aliança com Tebas e as negociações com um general arcádio e finaliza, afirmando que o ouro do rei está com Demóstenes. Resta à cidade pagar as consequências dessa ardilosa aliança, desviando dos perigos que dela foram provenientes.

Ésquines finaliza seu discurso, afirmando que a coroação de Demóstenes seria uma desonra para a cidade, tendo um impacto no seu passado e futuro (241-259), pois seria um ultraje aos antepassados e um mau exemplo para as crianças: “Então por certo são ultrajados (ὕβριζονται) os mortos e os vivos ficam ainda mais desanimados quando veem que jazer morto é a recompensa pela virtude, enquanto a sua memória desaparece”<sup>17</sup>. Cabe assim aos juízes realizar um veredito de acordo com os interesses da cidade (260).

No *Contra Ctesifonte*, a *hybris* serve para mostrar a capacidade do adversário de prejudicar a cidade por meio do suborno e da corrupção, fazendo as alianças de acordo com os seus interesses, que no caso de Demóstenes é aceitar a maior quantidade de dinheiro.

Ao se defender da acusação de suborno, Demóstenes traz uma lista de pessoas que contribuíram com Filipe II e como consequência ele tomou suas cidades e, por causa disso, os moradores foram obrigados a aguentar ultrajes (48). Aqui também o ultraje parece relacionado com uma violação indevida, da mesma forma que acontece com a invasão do *oikos*. O ultraje consiste na invasão inadequada e do uso da violência.

Em mais um momento do discurso, a *hybris* é utilizada para expressar a forma violenta e ilegal em que se entra na casa de um cidadão. Nesse caso, é uma narrativa de traição cometida por um ateniense contra sua cidade, mas que não foi bem sucedida, pois o plano foi descoberto anteriormente e impedido. O traidor é Antifonte que agiu assim, por ter seu nome retirado da lista de cidadãos. No ano de 346 a.C., arcontado de Árquias, aconteceu uma revisão geral da lista de cidadãos, verificando sua ascendência e quando o cidadão foi apresentado à cidade. Antifonte, depois de perder a cidadania, se alia a Filipe II e planeja queimar todos os arsenais na cidade que estavam localizados no Pireu. Ao ser descoberto o plano, ele foi perseguido e preso. Contudo, Antifonte pediu que o deixassem em liberdade, pois a democracia estava pisando nos direitos dos cidadãos, já que entrava na sua casa sem um requerimento oficial, isto é sem a afirmação dos votos que o considerariam culpado (132).

A preocupação com a cidade está expressa no decreto proposto por Demóstenes que pretendia acabar com as violações do acordo de paz da parte de Filipe II. Toda vez, que o rei macedônico agia dessa forma, ele desrespeitava os juramentos, os santuários, as tumbas, sendo as cidades gregas ultrajadas e escravizadas: “Mas agora ao ver que as cidades gregas são ultrajadas (ὕβριζομένας) ou arruinadas”<sup>18</sup>. Nesse decreto, em que se propõe uma aliança com Tebas, a política expansionista macedônica é caracterizada pela *hybris*, já que devasta e escraviza as cidades, além de demonstrar o desrespeito do rei aos aspectos religiosos. Por isso, o decreto remete para a importância dos sacrifícios aos deuses e o reconhecimento do mérito dos antepassados, pois eles são os que mais valorizam a liberdade, posição que contrasta com o presente.

Na defesa da desigualdade na repartição dos custos, o que teria provocado prejuízos para Atenas, Demóstenes declara que Ésquines está mentindo e são homens

---

<sup>17</sup> Aeschin. 3.245.

<sup>18</sup> D. 18.183.

ímpios (240, τοὺς ἀσεβεῖς ἀνθρώπους) todos aqueles que se uniram a Filipe II gerando sérios danos para Grécia. Isso constitui um ataque direto a Tebas, a Eubeia e a Bizâncio.

Para defender sua política de combate a Filipe II e assim em favor da liberdade dos gregos, Demóstenes cita um epigrama sobre o campo de batalha. Nele o desfecho da guerra cabe aos deuses e não ao estadista. O combate é necessário para acabar com a *hybris* do inimigo (289, ὕβρις) e para se livrar dos ultrajes que podem advir da odiosa escravidão (289, ὕβρις).

Assim, percebe-se que nos discursos apresentados a *hybris* foi utilizada com diferentes propósitos. Destaca-se seu uso na troca de insultos e para marcar as ações praticadas pelos adversários e que são contrárias à democracia, chamando sempre a atenção para a traição e a calúnia. Também foi utilizada para evidenciar a violência de uma invasão, seja de grandes territórios por causa da política expansionista, como a exercida por Tebas e pela Macedônia, seja no domínio privado, quando um cidadão de forma inadequada invade a casa de outro.

O contexto bélico acirrou a inimizade de Ésquines e Demóstenes e ofereceu elementos para que a *hybris* fosse utilizada para marcar a atuação do adversário nesse conflito, que é sempre caracterizado como um ultraje a cidade pela aceitação do suborno e de sua corrupção. Isso também serve para demonstrar os diferentes artifícios utilizados pelos macedônios em suas estratégias de conquistas, que nem sempre poderiam utilizar métodos claros.

O *Contra Timarco*, apesar de inserido em um contexto de conflito, não tem usos da *hybris* relacionados à guerra. O ultraje é basicamente utilizado para a caracterização negativa do adversário e como sua proposta é desvirtuada dos interesses da cidade.

No caso da Segunda Embaixada, percebe-se que o argumento da *hybris* foi utilizado, na maioria dos casos, para descrever as políticas expansionistas de outras cidades, bem como para comprovar a corrupção do adversário e o seu caráter instável, como a narração da agressão a mulher olíntia, que tem o papel importante de demonstrar para os juízes como eram realizados os acordos internacionais e o comprometimento dos embaixadores com a cidade.

No *Contra Ctesifonte*, a *hybris* serve para mostrar a capacidade do adversário de prejudicar a cidade por meio do suborno e da corrupção, fazendo as alianças de acordo com os seus interesses. Já no *Sobre a Coroa*, na operação de exaltar seus feitos e diminuir seu adversário, Demóstenes utiliza o argumento da *hybris* para marcar sua traição.

Com isso, percebe-se que o uso da *hybris* para o caso de Demóstenes e Ésquines é um bom indicativo para avaliar o jogo de rivalidades protagonizados por eles. Além da atitude já esperada de depreciar o inimigo diante dos pares o caracterizando com mau cidadão, a *hybris*, especificamente no contexto bélico, serve para potencializar a gravidade da atitude do adversário. Por isso, na maioria dos casos o ultraje está relacionado com suborno, calúnia, traição e corrupção – e no caso de Timarco a corrupção é ainda mais grave, pois envolve os jovens de o risco do corromper as futuras gerações. Esses são os principais temas utilizado na demonstração de como o plano de ação de adversário é nefasto para a cidade. No caso dos dois oradores, a rivalidade pessoal se mistura com rivalidade política e a *hybris* aumenta a troca de acusações e insultos entre os dois.

**BIBLIOGRAFIA**

- P. Cartledge – P. Millett – S. von Reden (edd.), *Kosmos: essays in order, conflict, and community in classical Athens*, Cambridge, 1998
- D. Cohen, *Law, sexuality and society: The enforcement of morals in classical Athens*, Cambridge, 1994
- D. Cohen, *Law, violence and community in classical Athens*, Cambridge, 1997
- D. Cohen, M. Gagarin (edd.), *The Cambridge companion to Ancient Greek Law*, Cambridge, 2005
- A. L. Eire, *Discursos políticos I*, Madrid, 2007
- A. L. Eire, *Discursos políticos II*, Madrid, 1980-1985
- N. R. E. Fisher, *Hybris. A study in the values of honour and shame in ancient Greece*, Warminster, 1992
- M. Gagarin, “The Athenian Law against Hybris”, in G. W. Bowersock (ed.), *Arktouros. Hellenic studies presented to Bernard M. W. Knox on the occasion of his 65<sup>th</sup> birthday*, Berlin/ New York, 1979, 229- 236
- F. G. Hernández Muñoz, “Demóstenes, Esquines y el teatro”, in E Calderon Dorda – A. Morales – M. Valverde (edd.), *Koinòs Lógos. Homenaje al profesor José García López*, Murcia, 2006, 425-430
- P. R. Martins, “Modelos de anti-embaixadas: Demóstenes e Aristófanos em paralelo. qual o papel do embaixador na Grécia clássica?”, *Alétheia. Revista de estudos sobre Antigüidade e Medievo* 2, 2009, 1-14
- P. Millett – S. Todd – P. A. Cartledge, *Nomos. Essays in Athenian Law, politics and society*, Cambridge, 2002
- F. P. Samaranch – J. P. Bonet (edd.), *Elocuencia Griega. Demóstenes y Esquines: Discursos Completos*, Madrid, 1969
- N. Theml – R. M. C. Bustamante – F. S. Lessa (edd.), *Olhares do corpo*, Rio de Janeiro, 2003
- S. Usher, *Greek oratory. Tradition and originality*, Oxford, 2001
- I. Worthington (ed.), *A companion to Greek Rhetoric*, Oxford, 2007